

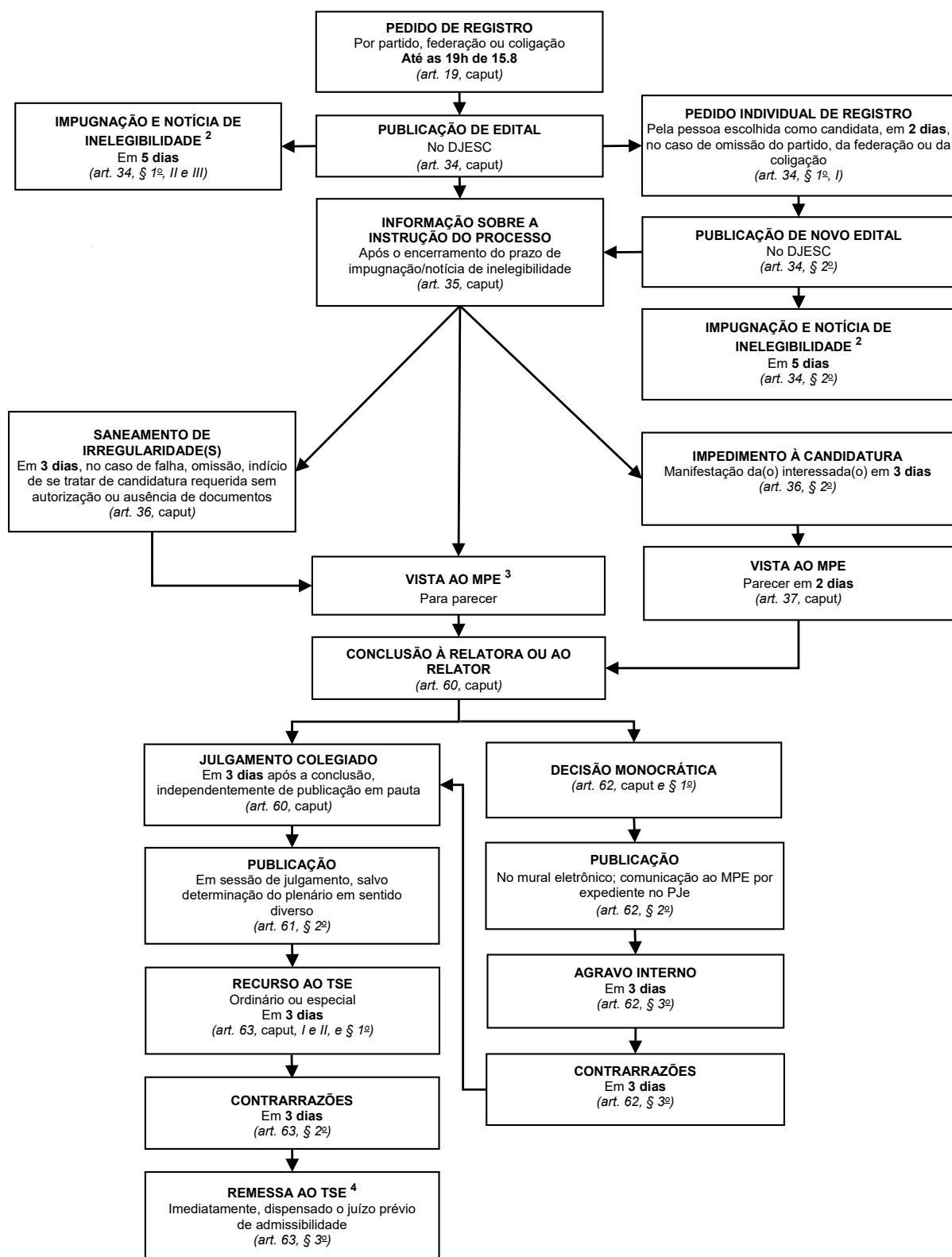
Fluxogramas

NOTA DO EDITOR

Os fluxogramas foram elaborados com base nas resoluções e normas do Tribunal Superior Eleitoral, podendo não refletir, necessariamente, a orientação adotada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em casos concretos.

REGISTRO DE CANDIDATAS E CANDIDATOS

(Resolução TSE n. 23.609/2019 ¹)



¹ Com as alterações das Resoluções TSE n. 23.675/2021 e n. 23.684/2022.

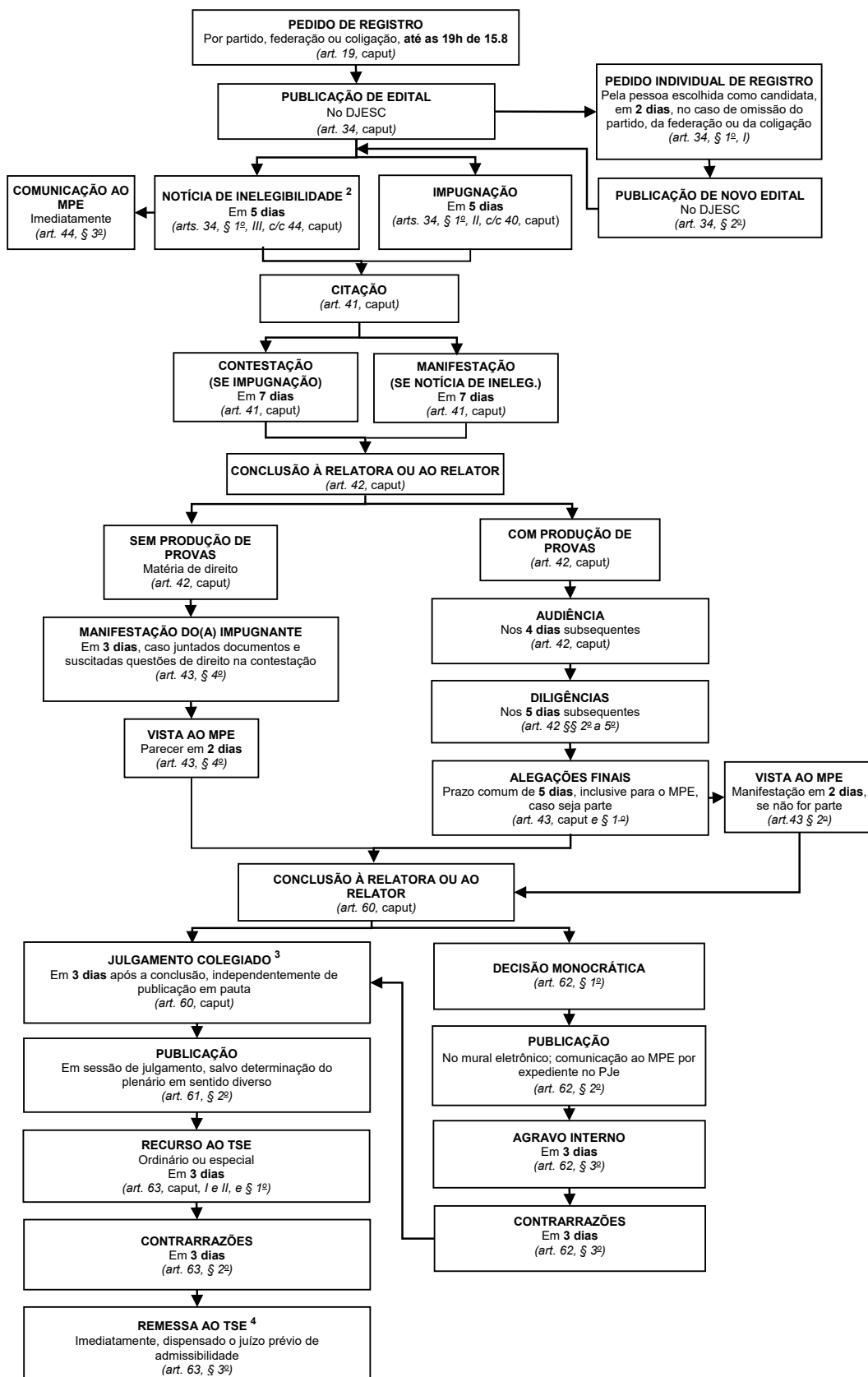
² Ver fluxograma **REGISTRO DE CANDIDATAS E CANDIDATOS COM IMPUGNAÇÃO OU NOTÍCIA DE INELEGIBILIDADE**.

³ Sem previsão na Resolução TSE n. 23.609/2019, podendo decorrer de interpretação do art. 94, *caput* da Lei n. 9.504/1997. Prazo a ser definido pela relatora ou pelo relator.

⁴ Ver fluxograma **REGISTRO DE CANDIDATAS E CANDIDATOS EM GRAU DE RECURSO**.

REGISTRO DE CANDIDATAS E CANDIDATOS COM IMPUGNAÇÃO OU NOTÍCIA DE INELEGIBILIDADE

(Resolução TSE n. 23.609/2019 ¹)



¹ Com as alterações das Resoluções TSE n. 23.675/2021 e n. 23.684/2022.

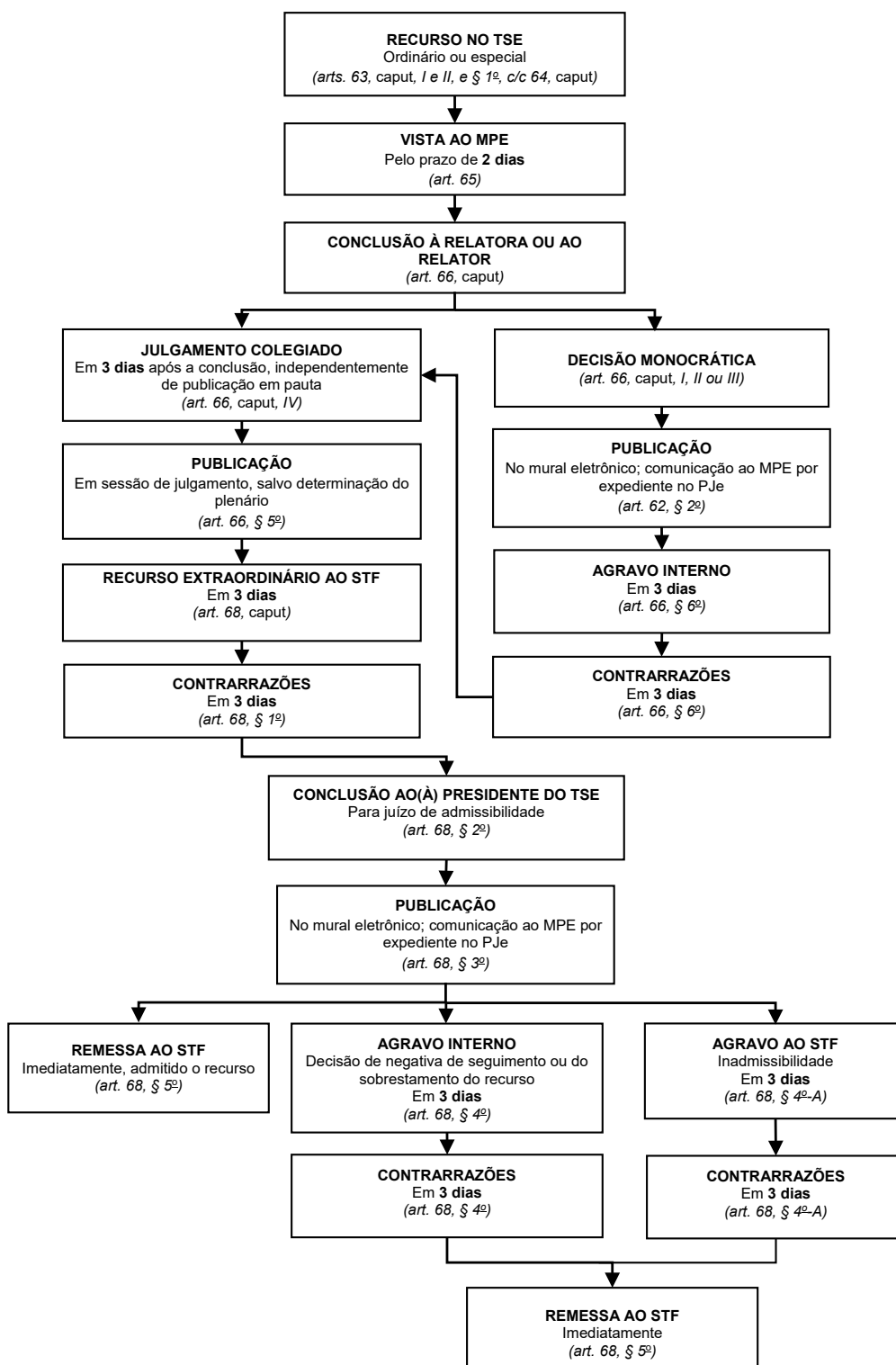
² Na instrução da notícia de inelegibilidade, deve ser adotado o procedimento previsto para a impugnação ao registro de candidatura, no que couber (art. 44, § 4º).

³ O pedido de registro da candidata ou do candidato, a impugnação, a notícia de inelegibilidade e as questões relativas à homonímia devem ser julgados em uma só decisão (art. 50, caput).

⁴ Ver fluxograma **REGISTRO DE CANDIDATAS E CANDIDATOS EM GRAU DE RECURSO**.

REGISTRO DE CANDIDATAS E CANDIDATOS EM GRAU DE RECURSO

(Resolução TSE n. 23.609/2019 ¹)



¹ Com as alterações das Resoluções TSE n. 23.675/2021 e n. 23.684/2022.

REGISTRO DE CANDIDATAS E CANDIDATOS – CRONOGRAMA

(Resolução TSE n. 23.674/2021 ¹)

DIA	MÊS/ANO
MARÇO/2022	
3	MUDANÇA DE LEGENDA Candidata(o) <ul style="list-style-type: none"> Data a partir da qual se inicia a janela de migração partidária, dentro da qual, até 1º.4.2022, considera-se justa causa a mudança de partido pelas detentoras ou pelos detentores de cargo de deputado federal, estadual e distrital para concorrer a eleição majoritária ou proporcional
ABRIL/2022	
1º	MUDANÇA DE LEGENDA Candidata(o) <ul style="list-style-type: none"> Último dia da janela de migração partidária em que se considera justa causa a mudança de partido pelas detentoras ou pelos detentores de cargo de deputado federal, estadual e distrital para concorrer a eleição majoritária ou proporcional
2	CONDIÇÕES PARA CONCORRER ÀS ELEIÇÕES Partido político <ul style="list-style-type: none"> Registro do estatuto no TSE Candidata(o) <ul style="list-style-type: none"> Domicílio eleitoral na circunscrição em que concorrerá Filiação partidária deferida pelo partido político Renúncia do Presidente da República, de Governadoras ou Governadores de Estado e do Distrito Federal e de Prefeitas e Prefeitos que pretendam concorrer a outros cargos
MAIO/2022	
15	ARRECADAÇÃO DE RECURSOS Candidata(o) <ul style="list-style-type: none"> Data a partir da qual é facultada às(aos) pré-candidatas(os) a arrecadação prévia de recursos na modalidade de financiamento coletivo
31	CONDIÇÕES PARA CONCORRER ÀS ELEIÇÕES Federação partidária <ul style="list-style-type: none"> Data limite para que todas as federações que pretendam participar das eleições de 2022 obtenham registro de seus estatutos no TSE
JUNHO/2022	
3	NORMAS PARA ESCOLHA E SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATAS(OS) Federação partidária <ul style="list-style-type: none"> Último dia para o órgão de direção nacional das federações que pretendam participar das eleições de 2022, publicar, no DOU, as normas para a escolha e substituição de candidatas e candidatos, na hipótese de omissão do estatuto, encaminhando-as ao TSE antes da realização das convenções, para fins de divulgação no sítio eletrônico da Justiça Eleitoral
5	DEVEDORAS(ES) DE MULTA ELEITORAL Justiça Eleitoral <ul style="list-style-type: none"> Data a partir da qual a Justiça Eleitoral deve tornar disponível aos partidos políticos a relação de todas(os) as(os) devedoras(es) de multa eleitoral, a qual embasará a expedição das certidões de quitação eleitoral
JULHO/2022	
20	CONVENÇÕES Partido político <ul style="list-style-type: none"> Data a partir da qual, até 5.8.2022, é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e a escolher candidatas e candidatos Data a partir da qual, observado o dia seguinte ao qual se realizou a convenção, a ata e a lista das(os) presentes deverão ser transmitidas via internet ou, na impossibilidade, ser entregues na Justiça Eleitoral, para publicação no sítio eletrônico do TRE correspondente INSCRIÇÃO NO CNPJ Justiça Eleitoral <ul style="list-style-type: none"> Data a partir da qual a Justiça Eleitoral encaminhará à Secretaria da Receita Federal do Brasil o pedido de inscrição no CNPJ das candidaturas cujos registros tenham sido requeridos por partidos políticos, federações ou coligações, o qual deverá ser atendido em até 3 dias úteis

AGOSTO/2022

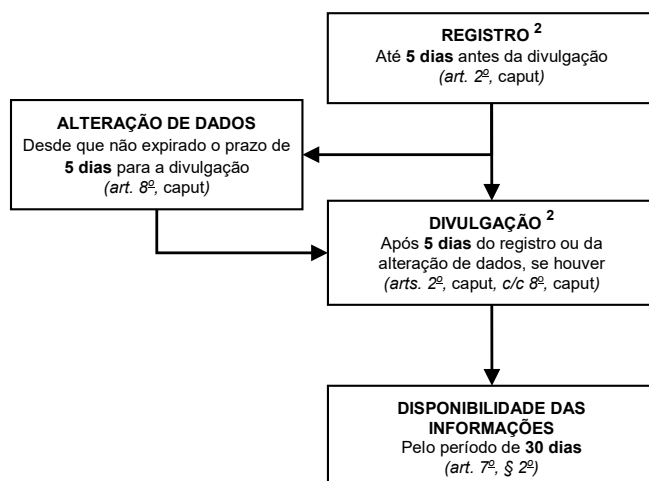
5	<p>CONVENÇÕES</p> <p>Partido político e federação partidária</p> <ul style="list-style-type: none"> Último dia para a realização de convenções pelos partidos políticos e pelas federações destinadas a deliberar sobre coligações e a escolher candidatas e candidatos <p>Partido político</p> <ul style="list-style-type: none"> Último dia, observada a data da convenção, para que o partido político que deseje participar das eleições tenha constituído órgão de direção na circunscrição, devidamente anotado no tribunal eleitoral competente, de acordo com o respectivo estatuto partidário <p>Federação partidária</p> <ul style="list-style-type: none"> Último dia, observada a data da convenção, para que a federação que deseje participar das eleições conte, em sua composição, com ao menos um partido político que tenha, até a data da convenção, órgão de direção devidamente anotado no tribunal eleitoral competente
15	<p>REGISTRO DE CANDIDATAS(OS): PRAZO FINAL</p> <p>Partido político, federação partidária e coligação partidária</p> <ul style="list-style-type: none"> Último dia para os partidos políticos, as federações e as coligações requererem o registro de candidatas e candidatos, até as 8 horas, por transmissão via internet, ou até as 19 horas, em mídia entregue no tribunal eleitoral competente

SETEMBRO/2022

2	<p>VAGAS REMANESCENTES</p> <p>Partido político e federação partidária</p> <ul style="list-style-type: none"> Último dia para os órgãos de direção dos partidos políticos e das federações preencherem as vagas remanescentes para as eleições proporcionais
12	<p>JULGAMENTO</p> <p>Justiça Eleitoral</p> <ul style="list-style-type: none"> Data em que todos os pedidos de registro, inclusive os impugnados e os respectivos recursos, devem estar julgados pelos tribunais eleitorais competentes, e publicadas as respectivas decisões <p>REGISTRO DE CANDIDATAS(OS) SUBSTITUTAS(OS)</p> <p>Partido político, federação partidária e coligação partidária</p> <ul style="list-style-type: none"> Último dia para o pedido de substituição de candidatas ou candidatos para os cargos majoritários e proporcionais, exceto em caso de falecimento, em que poderá ser efetivado após esta data, observado, em qualquer situação, o prazo de até 10 dias contados do fato, inclusive anulação de convenção, ou da decisão judicial que deu origem à substituição
14	<p>ANULAÇÕES DE DELIBERAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO PARTIDÁRIA</p> <p>Partido político, federação partidária e coligação partidária</p> <ul style="list-style-type: none"> Último dia para os partidos políticos, as federações ou as coligações comunicarem à Justiça Eleitoral as anulações de deliberações dos atos decorrentes de convenção partidária, observado, quanto à escolha de novas(os) candidatas(os), a necessidade de o pedido de registro ter sido apresentado à Justiça Eleitoral nos 10 dias seguintes à deliberação

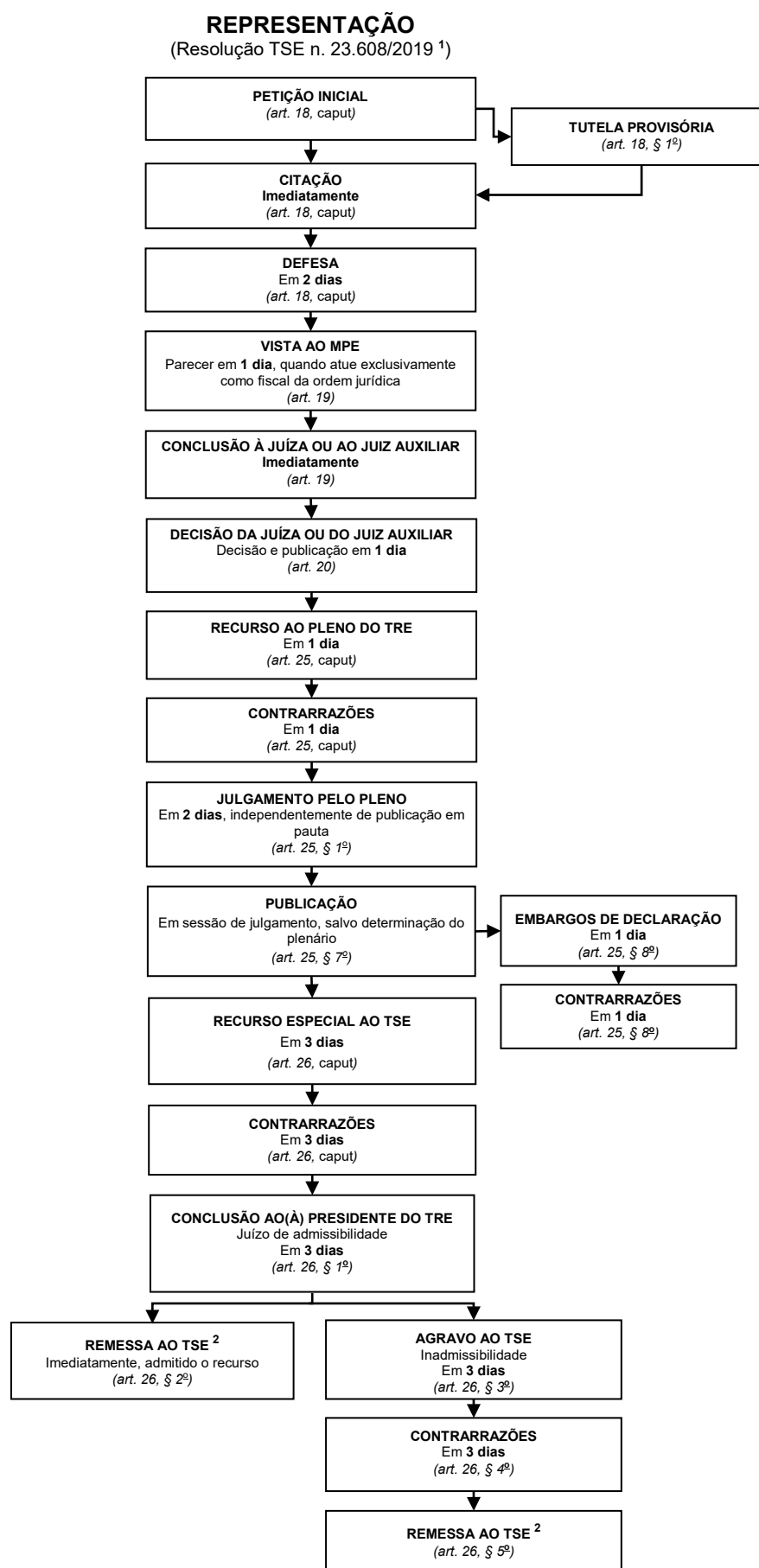
¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.685/2022.

PESQUISA ELEITORAL (Resolução TSE n. 23.600/2019 ¹)



¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.676/2021.

² **Impugnação**: deve ser protocolizado por advogada ou advogado e autuado no PJe na classe Representação (Rp) (art. 16, caput). Ver fluxograma **REPRESENTAÇÃO**.

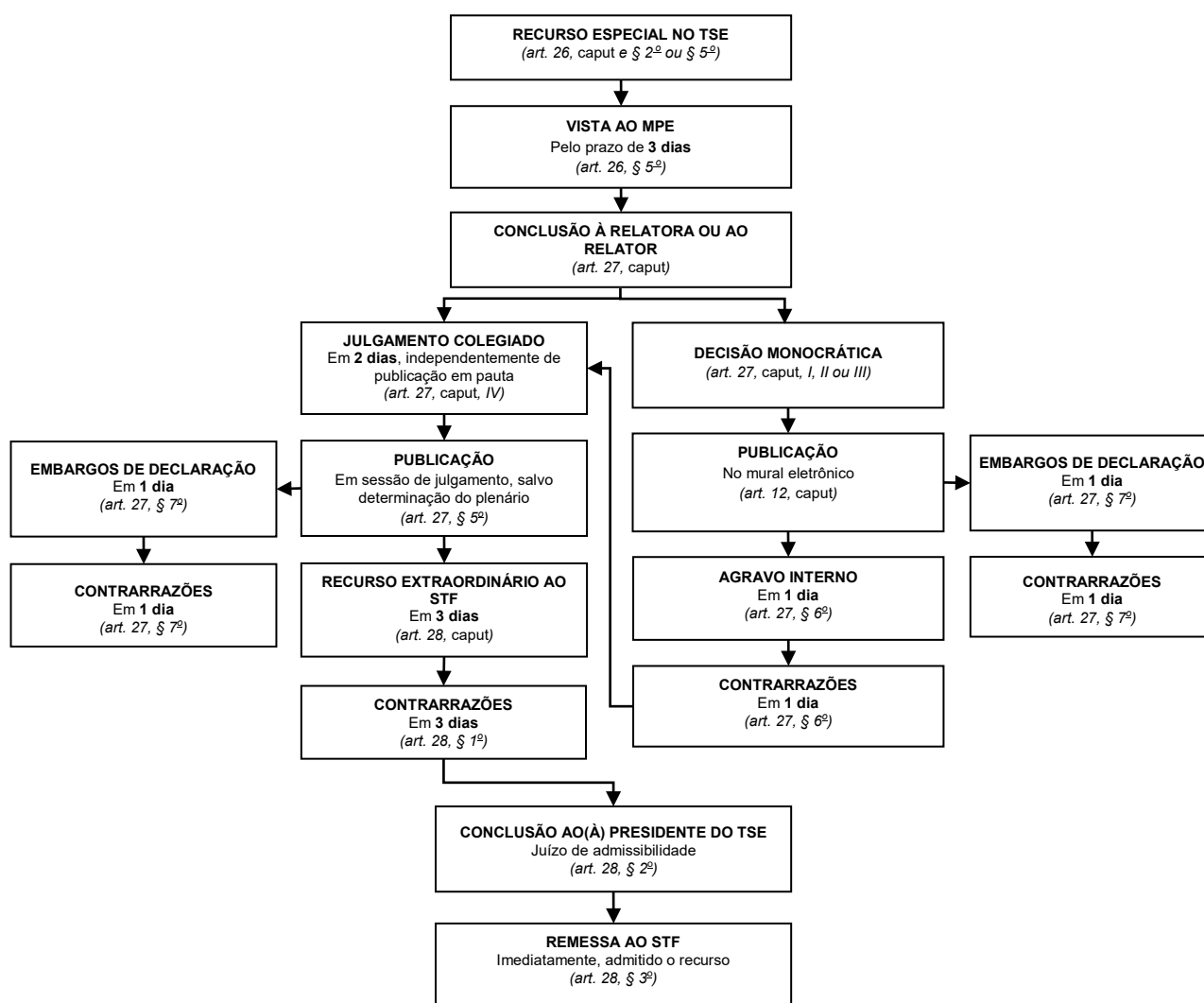


¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.672/2021.

² Ver fluxograma **REPRESENTAÇÃO EM GRAU DE RECURSO**.

REPRESENTAÇÃO EM GRAU DE RECURSO

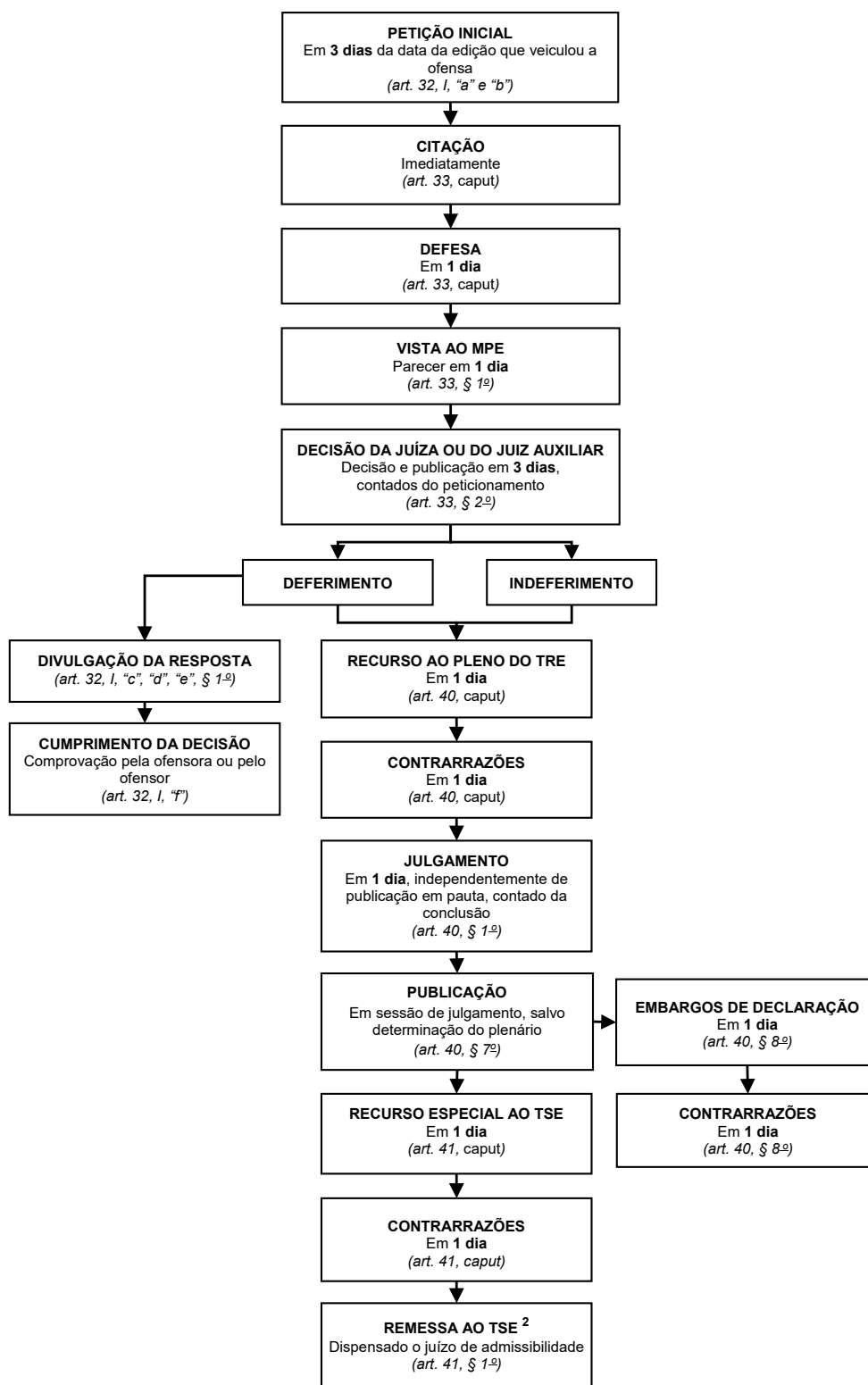
(Resolução TSE n. 23.608/2019 ¹)



¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.672/2021.

DIREITO DE RESPOSTA – IMPRENSA ESCRITA

(Resolução TSE n. 23.608/2019 ¹)

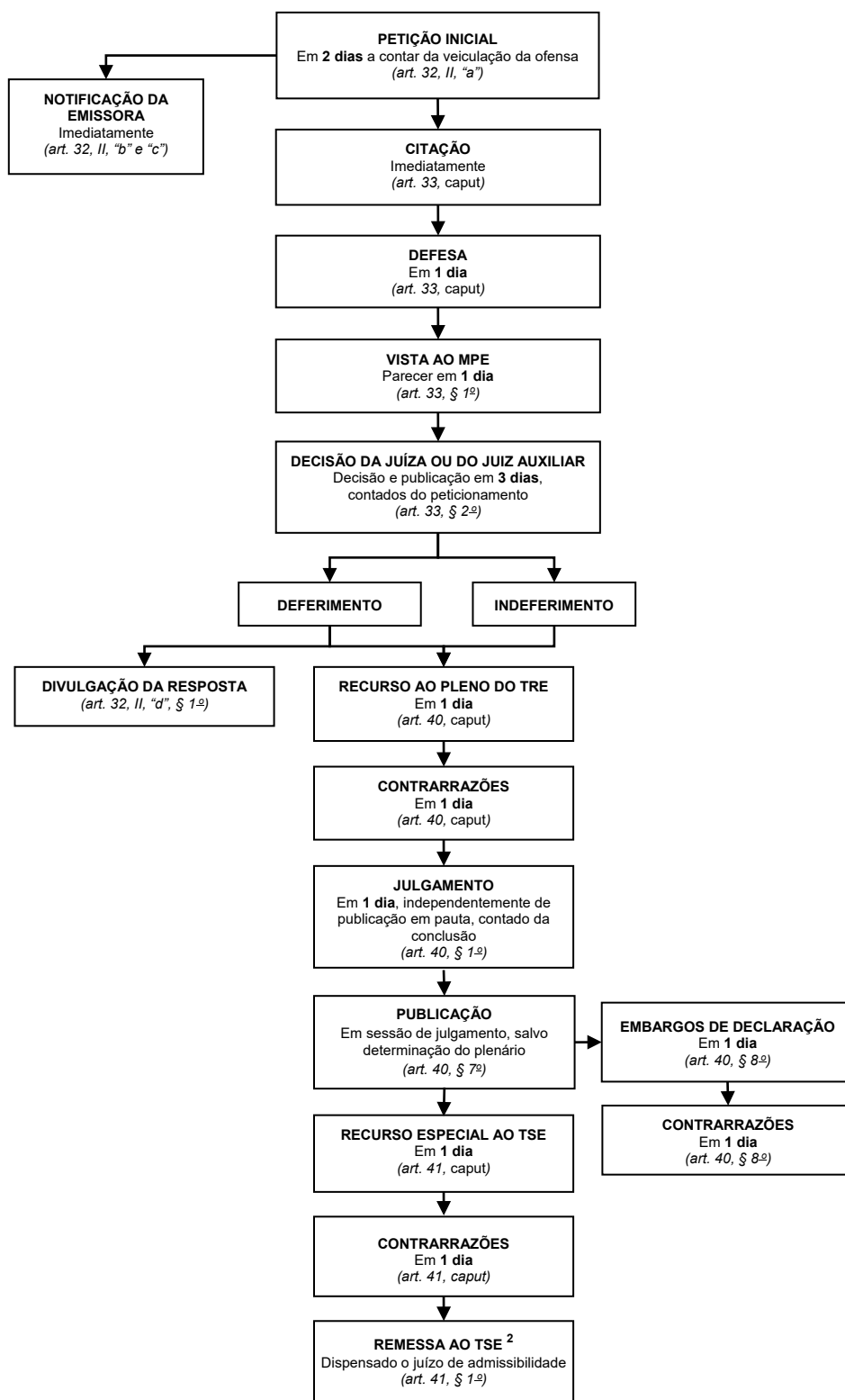


¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.672/2021.

² Ver fluxograma **DIREITO DE RESPOSTA EM GRAU DE RECURSO**.

DIREITO DE RESPOSTA – PROGRAMAÇÃO NORMAL DAS EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO

(Resolução TSE n. 23.608/2019 ¹)

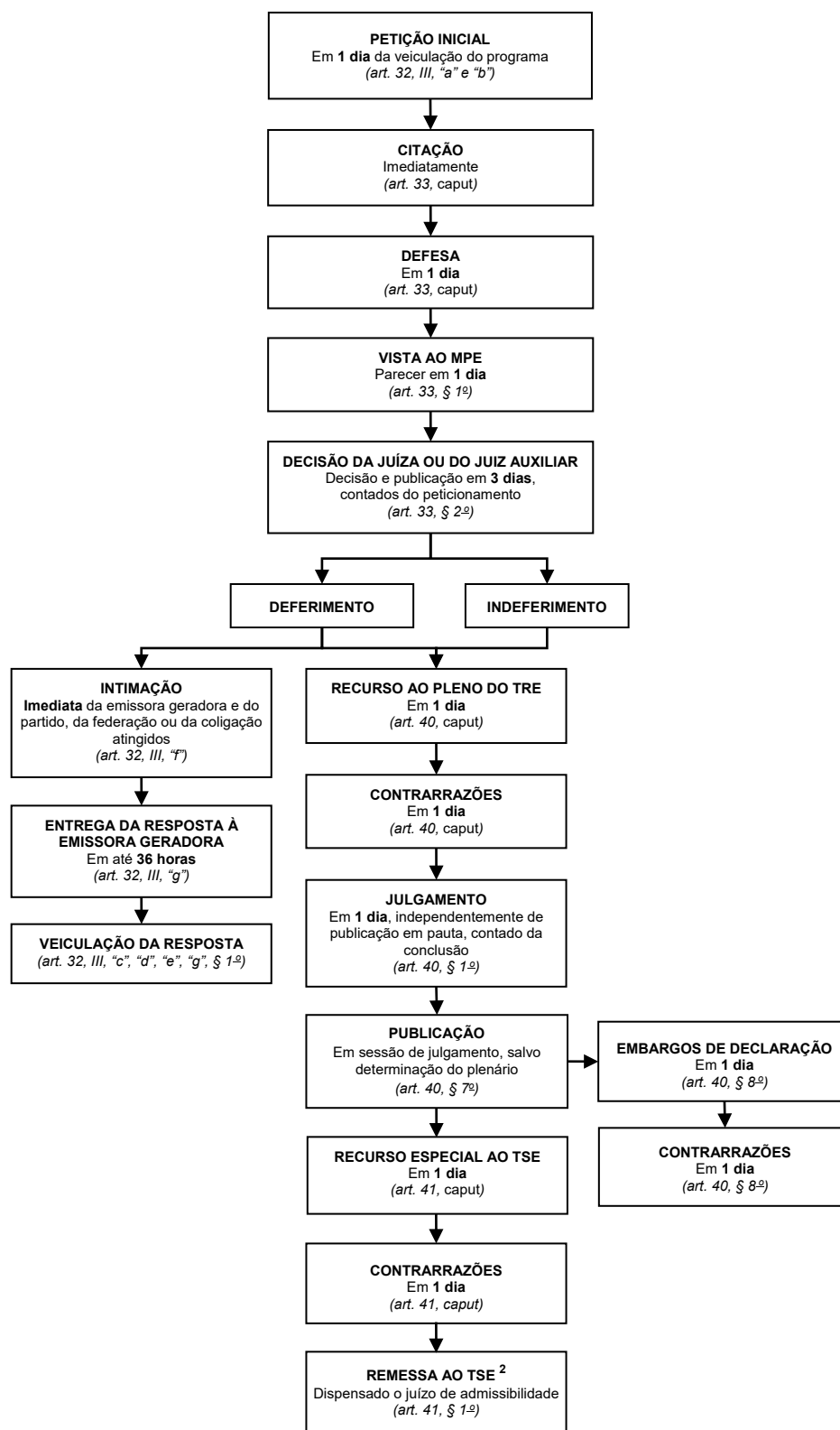


¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.672/2021.

² Ver fluxograma DIREITO DE RESPOSTA EM GRAU DE RECURSO.

DIREITO DE RESPOSTA – HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO

(Resolução TSE n. 23.608/2019 ¹)

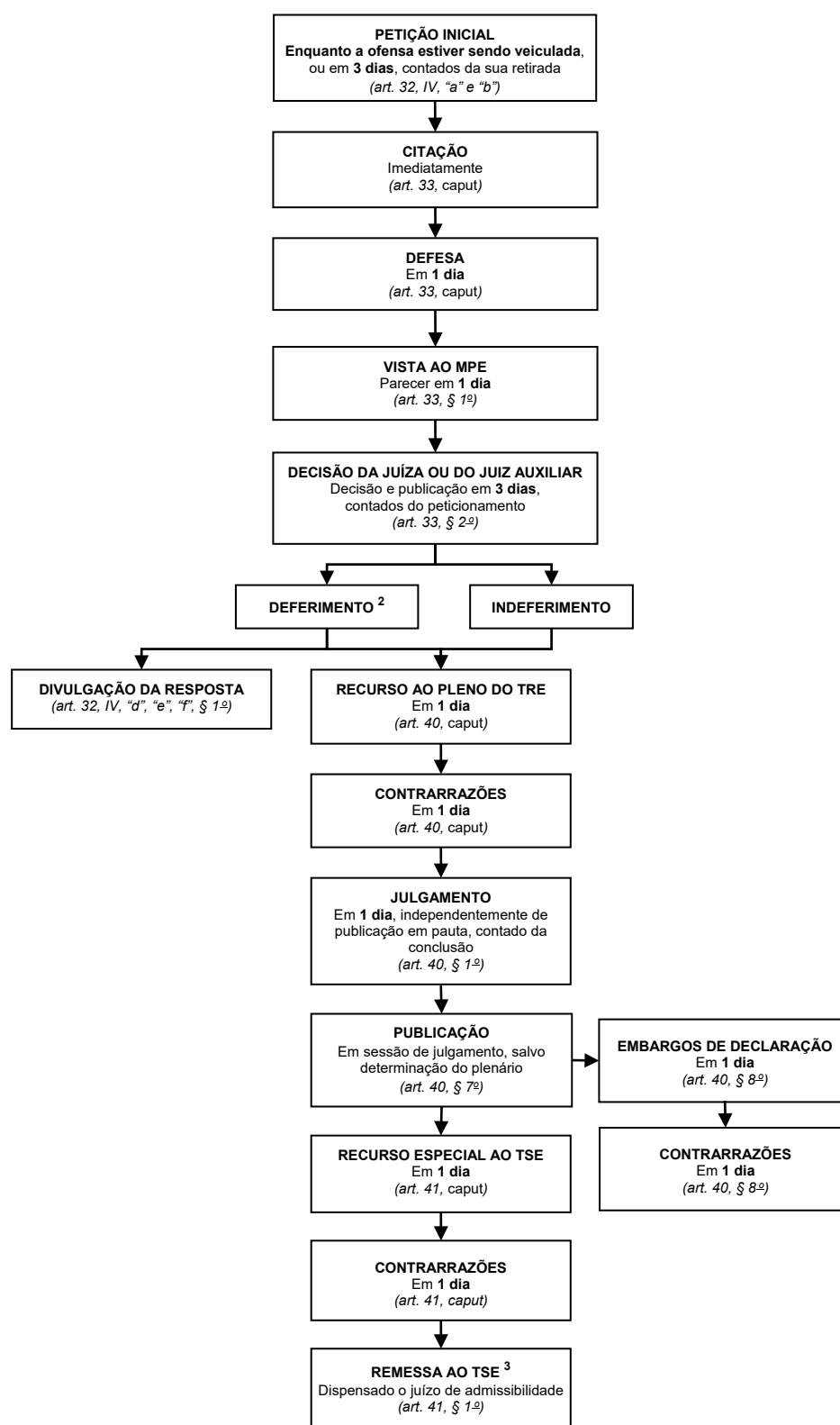


¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.672/2021.

² Ver fluxograma **DIREITO DE RESPOSTA EM GRAU DE RECURSO**.

DIREITO DE RESPOSTA – INTERNET

(Resolução TSE n. 23.608/2019 ¹)



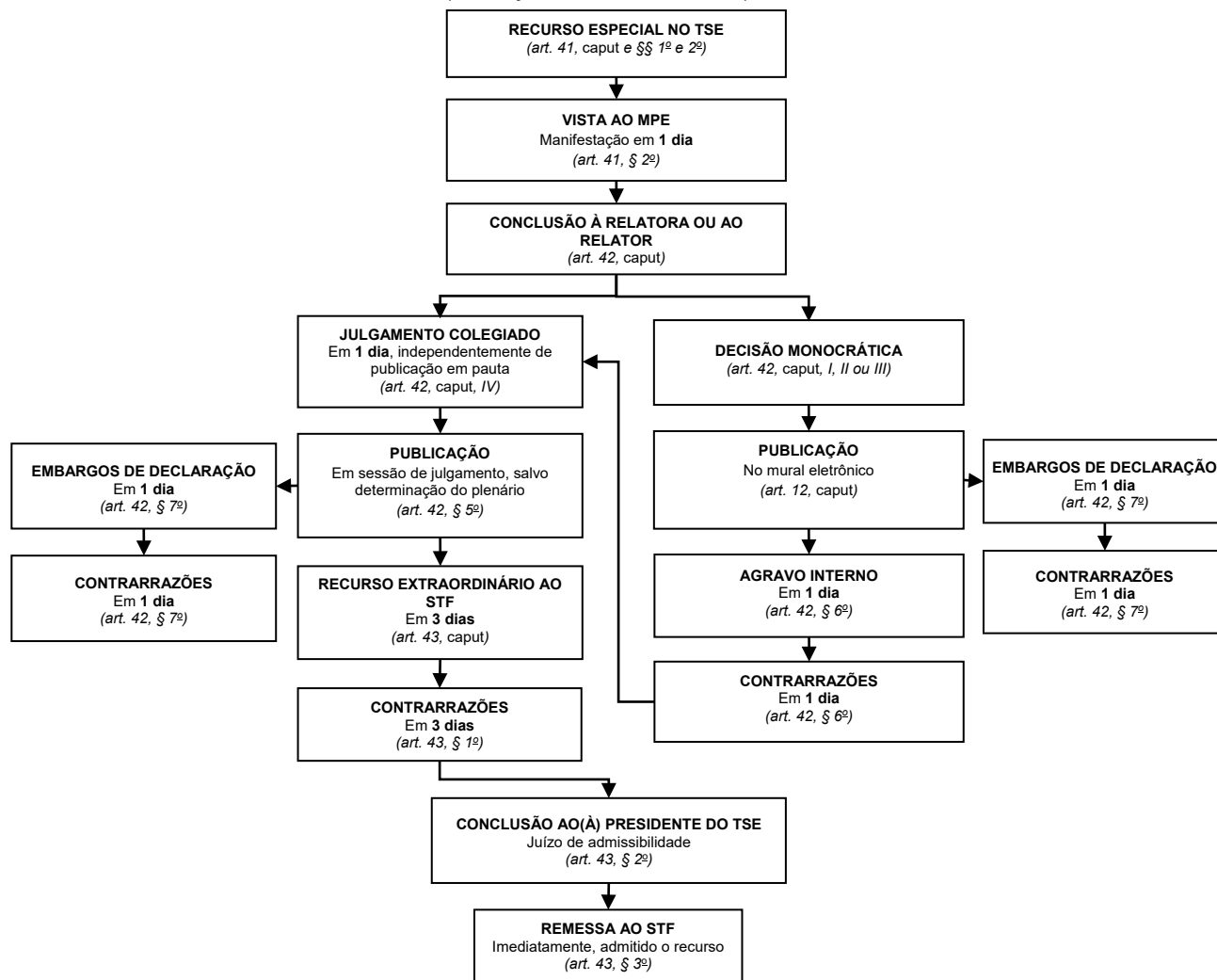
¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.672/2021.

² Determinação dirigida a provedor de aplicação de internet: o provedor deverá promover a **imediata** retirada de material considerado ofensivo de sítio eletrônico, sob pena de responder às sanções cabíveis e/ou de suportar medidas coercitivas (art. 32, § 4º).

³ Ver fluxograma **DIREITO DE RESPOSTA EM GRAU DE RECURSO**.

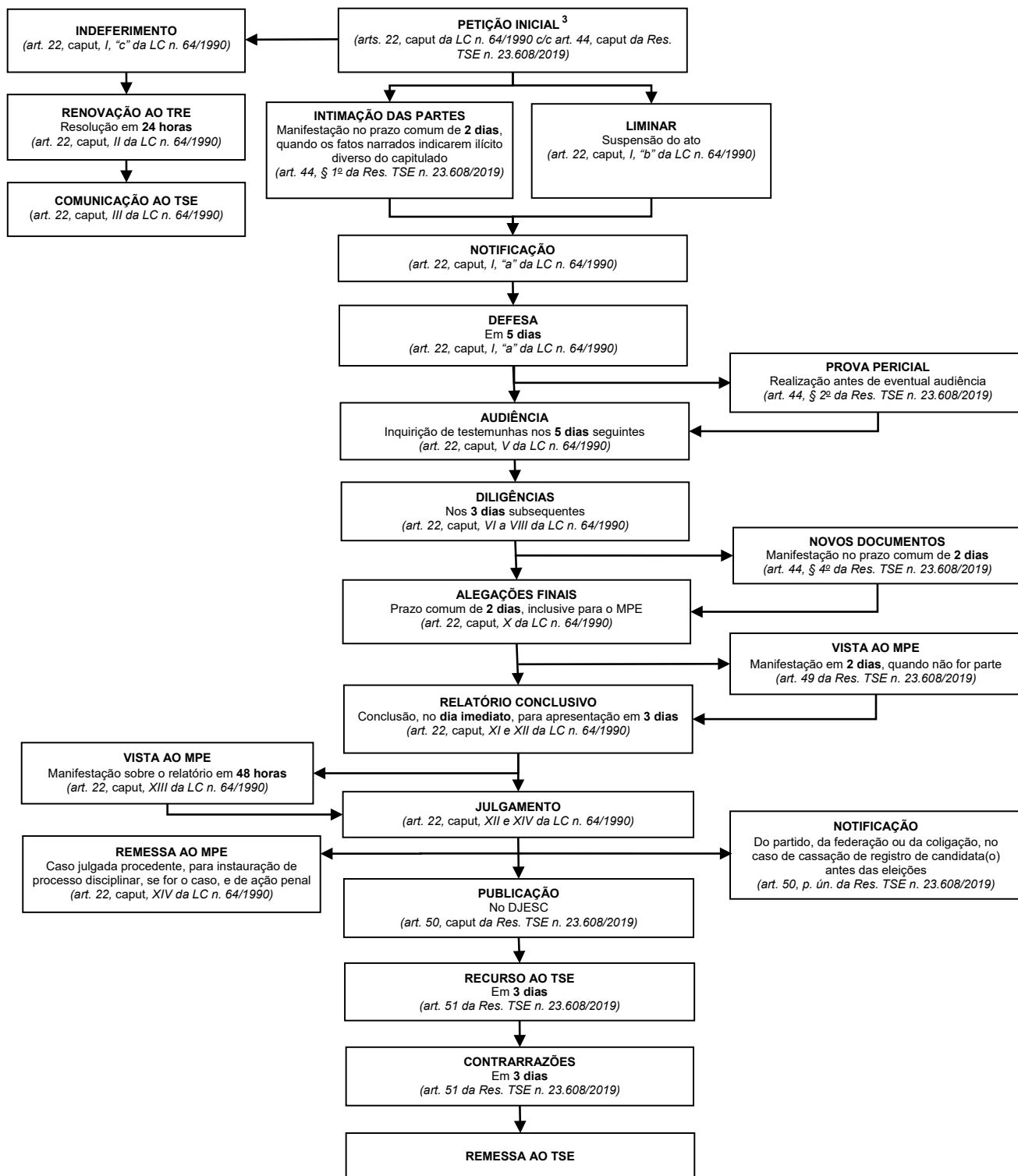
DIREITO DE RESPOSTA EM GRAU DE RECURSO

(Resolução TSE n. 23.608/2019 ¹)



¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.672/2021.

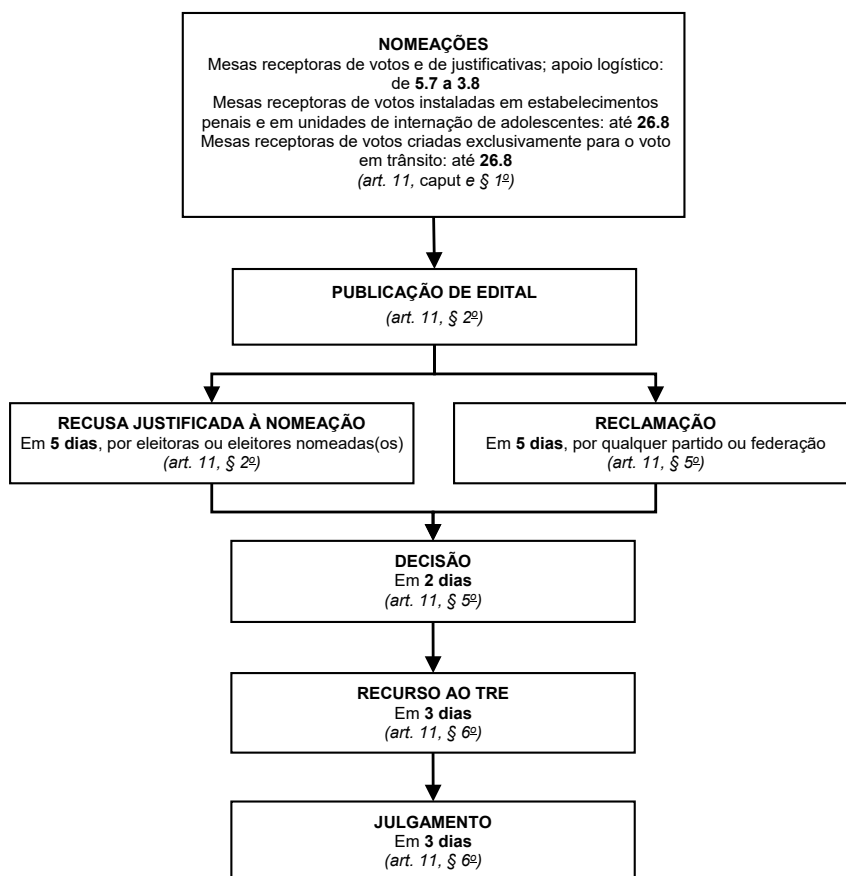
REPRESENTAÇÃO ESPECIAL
(LC n. 64/1990 c/c Resolução TSE n. 23.608/2019 ¹²)



¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.672/2021.

² Aplicação às hipóteses previstas nos arts. 23, 30-A, 41-A, 45, VI, 73, 74, 75 e 77 da Lei n. 9.504/1997; rito do art. 22 da LC n. 64/1990, com aplicação supletiva e subsidiária do CPC (art. 44, caput da Res. TSE n. 23.608/2019).

³ **Prazos para ajuizamento:** representações dos arts. 41-A, 45, VI, 73, 74, 75 e 77 da Lei n. 9.504/1997 – até a **data da diplomação**; do art. 30-A da Lei n. 9.504/1997 – até **15 dias da diplomação**; do art. 23 da Lei n. 9.504/1997 – até **31.12.2023** (art. 45 da Res. TSE n. 23.608/2019).

MESA RECEPTORA E APOIO LOGÍSTICO – NOMEAÇÕES(Resolução TSE n. 23.669/2021 ¹)¹ Com as alterações da Resolução TSE n. 23.686/2022.